

PENITENCIÁRIA FEMININA DE NDLAVELA

Comissão de inquérito apura denúncia de exploração sexual

Notícias; Compromisso com os factos, 17.06.2021, pag. 01, Ed. n.º 31.327

O GOVERNO criou uma comissão de inquérito para investigar em dez a quinze dias os alegados casos de exploração sexual de reclusas do Estabelecimento Penitenciário Especial para Mulheres de Maputo, denunciados esta semana pelo Centro de Integridade Pública (CIP).

A decisão foi anunciada ontem pela Ministra da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, Helena Kida, no final de visita de trabalho à antiga Cadeia Feminina de Ndlavela, no Município da Matola, para se inteirar das denúncias. A equipa de investigação é composta por quadros seniores do Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, Ministério Público, Serviço Nacional de Investigação Criminal, Centro de Formação Jurídica e Judiciária,

FOTO: REPRODUÇÃO



Ministra da Justiça, Helena Kida, trabalhou ontem na antiga Cadeia Feminina de Ndlavela

Instituto de Patrocínio e Assistência Jurídica, Associação de Mulheres de Carreira Jurídica, Comissão Nacional dos Direitos Humanos, Ordem dos Advogados de Moçambique e grupo de psicólogos para preparar e ajudar na interação com as re-

clusas. Segundo Helena Kida, o grupo deverá levar a cabo um trabalho minucioso e isento, de modo a apurar os factos e responsabilizar os promotores disciplinar e criminalmente.

“Queremos saber o que é que aconteceu. Desde já repu-

diamos a conduta que vem reflectida na denúncia”, comentou a governante.

A ministra manteve encontros, em separado, com sete reclusas para se inteirar do que realmente poderá ter acontecido, mas no fim não confirmou

e nem desmentiu os elementos levantados na investigação do CIP.

“É prematuro trazer a público qualquer conclusão sobre este caso. Não quero influenciar o trabalho da comissão de inquérito, por isso vamos esperar pelo relatório final para termos a certeza do que se passou. Não estou em condições de dizer se é verdade ou mentira.

Até aqui nunca houve queixa ou denúncia por parte de reclusas sobre casos de abusos sexuais. Apenas garanto que, a ser verdade, as pessoas envolvidas serão responsabilizadas”, assegurou Kida.

Deixou claro que trabalhos similares serão realizados noutros estabelecimentos prisionais do país, de modo a aferir os problemas que os mesmos

enfrentam. O Estabelecimento Penitenciário Especial para Mulheres de Maputo em Ndlavela acomoda 97 reclusas. Na sua investigação, o CIP refere que os guardas prisionais forçam mulheres reclusas a sair da cadeia para se prostituírem. Por cada reclusa entregue a um cliente recebem pagamento em valor que varia de três a trinta mil meticais.

Segundo o CIP, os clientes são, geralmente, pessoas bem posicionadas na sociedade que procuram prazer em mulheres que acreditam permanecer muito tempo sem manter relações sexuais. As reclusas usadas na rede de prostituição recebem tratamento privilegiado na cadeia e as que se recusam a aderir à rede são seviciadas, acabando a maioria por ceder.